

Correspondente Bancário: luta para revogar resoluções do BC

Sindicato e Contraf buscam apoio no Congresso

O presidente do Sindicato, Jefferson Boava, as diretoras Vera e Stela e dirigentes da Contraf-CUT se reuniram com deputados federais, em Brasília, na tarde da última quarta-feira, 13, em busca de apoio ao Projeto de Decreto Legislativo (PDL) de deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que revoga as recentes resoluções do Banco Central que amplia as funções dos correspondentes bancários. Na ocasião, os dirigentes solicitaram ainda apoio à realização da Conferência Nacional sobre o Sistema Financeiro. Os deputados Roberto Freire (PPS), Carmem Zanotto (PPS-SC) e Erika Kokay (PT-DF) se manifestaram favoráveis às reivindicações dos bancários. Os dirigentes sindicais também se reuniram com presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara, deputado Cláudio Puty (PT-PA), e com o deputado Pepe Vargas (PT-RS). Inclusive na manhã do mesmo dia 13 a CFT aprovou audiência pública para discutir o PDL, que deve ocorrer na segunda quinzena de agosto.

ADPF no STF

O presidente nacional do PPS, Roberto Freire, aceitou pedido da Contraf-CUT em participar da



Dirigentes sindicais reunidos com o deputado Roberto Freire

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), ingressada pelo partido no Supremo Tribunal Federal (STF), contra resolução do Conselho Monetário Nacional que trata de contratação de correspondentes bancários. Para participar da ADPF a Contraf vai ingressar o recurso *amicus curiae* no STF.

Segundo o partido socialista, o instrumento viola três artigos da Constituição, ao desrespeitar reserva legal da União para legislar sobre direito do trabalho e também a exclusividade da lei complementar para tratar do sistema financeiro. Na prática, a resolução desrespeita direitos trabalhistas.

A resolução foi editada em 24

de fevereiro deste ano e autoriza os bancos a contratar empresas que prestem serviços bancários, atendendo a clientes e usuários. Entretanto, conforme texto da ADPF, “não existe nenhuma norma no ordenamento jurídico pátrio – seja de estatura constitucional ou mesmo infraconstitucional – que autorize o Conselho Monetário Nacional ou o Banco Central do Brasil a dispor sobre a matéria com a generalidade e a abstração verificada na espécie”. Isso demonstra, afirma o PPS, afronta ao princípio da legalidade.

O partido argumenta, ainda, que a resolução precariza os serviços bancários ao terceirizá-los, além de criar uma categoria de

“bancários informais” que realizam as mesmas tarefas, mas não contam com os mesmos direitos daqueles que trabalham nos bancos. Na ADPF, o PPS pede que o STF conceda liminar para a suspensão imediata da resolução.

Para o presidente do Sindicato, Jefferson, as reuniões com os parlamentares foram positivas. “Demos um importante passo na luta contra o correspondente bancário, que acontece em duas frentes; ou seja, no Congresso Nacional e no STF. Deixamos claro aos parlamentares que é necessário uma ampla discussão com a sociedade sobre o sistema financeiro nacional. Afinal, não podemos aceitar mais esse tentáculo dos bancos, que precariza as condições de trabalho e piora o atendimento bancário”.

PPS atende pedido do Sindicato

O ingresso da ADPF no Supremo atende pedido do Sindicato que, no dia 24 de maio, se reuniu com o presidente do PPS, Roberto Freire, em Brasília. Na ocasião, o presidente do Sindicato, Jefferson Boava, pediu apoio do partido à luta contra as recentes resoluções do Banco Central sobre correspondentes bancários.



Reunião com o presidente da CFT



Deputada Carmem Zanotto manifesta apoio à luta dos bancários

Aguinaldo Azevedo

Aguinaldo Azevedo

Pesquisa aponta 838 ataques a bancos no 1º semestre

A 1ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), revela 838 ataques a bancos no primeiro semestre de 2011, uma média de 4,63 ocorrências por dia.

Desses casos, 301 foram assaltos (inclusive com sequestro de bancários e vigilantes), consumados ou não, e 537 arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos (incluindo o uso de dinamites e maçaricos). A pesquisa foi apresentada no último dia 11, em Curitiba. O estado

de São Paulo lidera o ranking, com 283 casos. Em segundo lugar aparece a Bahia, com 61, em terceiro o Paraná, com 56, em quarto a Paraíba, com 54, e em quinto o Mato Grosso, com 48. O estado com o menor número de ataques é Roraima, com 2. Já Amazonas foi o único estado que não apresen-

tou nenhum registro.

Os números foram apurados com base em notícias publicadas pela imprensa, consulta aos dados disponibilizados por algumas secretarias estaduais de segurança pública e informações de sindicatos e federações de bancários e vigilantes de todo país. **Fonte:** Contraf

ASSÉDIO MORAL

Júlio César Costa



Vídeo da palestra de Roberto Heloani

acesse www.bancarios-campinas.org.br e assista o vídeo da palestra sobre Assédio Moral proferida pelo pesquisador da Unicamp e FGV/SP, Roberto Heloani, durante debate realizado na sede do Sindicato no dia 26 de maio deste ano.

Sindicato dos Bancários
Campinas e Região

EXPEDIENTE - O BANCÁRIO - PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAMPINAS E REGIÃO

PRESIDENTE: JEFERSON RUBENS BOAVA

JORNALISTA RESPONSÁVEL: JAIRO GIMENEZ (MTB 13.683)

DIRETORA DE IMPRENSA: MARIA APARECIDA DA SILVA ALTINO

IMPRESSÃO: GRÁFICA SANTA EDWIGES

SEDE: RUA FERREIRA PENTEADO, 460, CENTRO.

FONE.: (19) 3731-2688 - FAX: (19) 3234-5602

CLUBE: (19) 3251-3718

SUBSEDES: AMERICANA: (19) 3406-7869

AMPARO: (19) 3807-6164

MOGI GUAÇU: (19) 3841-3993

SJB VISTA: (19) 3622-3514

INTERNET: WWW.BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

E-MAIL: JORBANC@BANCARIOSCAMPINAS.ORG.BR

TIRAGEM: 11.000 EXEMPLARES

FILIADO À FEEB SP-MS E CONTRAF-CUT

TRABALHO

Projeto amplia terceirização e ataca direitos dos trabalhadores

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara Federal, aprovou em junho último o Projeto de Lei 4330/04, de autoria do deputado Sandro Mabel (PR-GO), que regulamenta a terceirização no Brasil. O projeto, segundo a Contraf-CUT, tem diversos pontos que representam um ataque direto à legislação trabalhista e mesmo à Constituição Federal.

Principais problemas:

Autoriza terceirização em empresas privadas e públicas - O projeto permite a uma empresa terceirizar todas as etapas de seu trabalho, seja ela pública ou privada, ignorando as diferenças legais entre as duas situações. Com isso, passa por cima da necessidade de concurso público para contratação em empresas públicas e abre a possibilidade de fraudes em licitações.

Estabelece responsabilidade subsidiária - Os trabalhadores ficam obrigados a demandar juridicamente a empresa terceirizada e não a contratante dos serviços. Apenas depois de executada a terceirizada, caso esta não cumpra com a determinação judicial, o trabalhador poderá demandar a contratante - aumentando e muito a demora do processo.

Trata-se de um retrocesso em relação à atual situação, uma vez que a Justiça do Trabalho tem determinado a responsabilidade solidária pelas obrigações trabalhistas, permitindo ao empregado

escolher qual das empresas processar.

Desconsidera CLT - O PL desconsidera toda a legislação ao instituir à empresa contratada a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas. A CLT estabelece o princípio da "primazia da realidade", pelo qual a Justiça deve se guiar pelas reais condições de trabalho e não pelo que está estabelecido em eventuais contratos. Por esse princípio, se uma pessoa trabalha num determinado ambiente sob ordens de determinada empresa, não importa se seu contrato afirma que ela está ligada a uma terceira: a responsabilidade é da contratante, não da terceirizada. Além disso, o projeto vai contra os artigos segundo e terceiro da CLT, nos quais está definida a relação de emprego.

Permite trabalhador contratado como PJ - Uma das emendas acolhidas pelo relator substituiu a expressão "sociedade empresária" por "pessoa jurídica" na definição da empresa prestadora de serviços. Assim, a contratação de pessoa jurídica individual passa a ser considerada como terceirização e não como relação de emprego - passo enorme para a precarização de direitos.

Diferencia trabalhadores - O projeto atribui à empresa terceirizada a responsabilidade pela definição de salário do empregado, bem como pelas condições de segurança, higiene e salubridade do local de trabalho - contrarian-

do mais uma vez o princípio da "primazia da realidade". Quase ironicamente, o relator fala em "isonomia no tratamento" ao acolher uma emenda que obriga a contratante a oferecer ao trabalhador terceirizado os mesmos benefícios oferecidos aos seus empregados relativos a atendimento médico e ambulatorial e refeição nas dependências.

Autoriza subcontratação em vários níveis - O PL autoriza não apenas a terceirização, mas a subcontratação de mão de obra em diversos níveis. Assim, uma empresa terceirizada poderia "quarteirizar" ou "quinteirizar" a contratação de trabalhadores, criando uma relação sem fim entre empresas, deixando o trabalhador sem saber para quem está realmente prestando serviço. Além disso, com a responsabilidade subsidiária, o trabalhador da ponta ficará ainda mais distante de uma resolução caso demande judicialmente seu empregador.

Serviços domésticos - O projeto inclui no regulamento da terceirização o serviço doméstico e as áreas de vigilância e transporte de valores. Isso representa um enorme retrocesso, especialmente para a luta dos trabalhadores domésticos, categoria já marcada pela falta de direitos. E ainda anula avanços obtidos pela categoria no Judiciário, que tem reconhecido a relação de emprego no serviço doméstico. **Fonte:** Contraf-CUT

Conferência Nacional define pauta de reivindicações

Nando Neves



12ª Conferência, realizada no Rio de Janeiro em 2010

Entre os dias 29 e 31 deste mês, os bancários estarão reunidos na 13ª Conferência Nacional, a ser realizada em São Paulo. Organizado pelo Comando Nacional, da qual o Sindicato faz parte, a Conferência é o fórum máximo da categoria, que define a pauta de

reivindicações da Campanha 2011.

De acordo com a programação, o resultado da Consulta Nacional, realizada em junho último, será apresentado na abertura da Conferência. No segundo dia, painéis e discussões em grupos te-

máticos: Emprego e Remuneração; Saúde e Condições de Trabalho; Segurança Bancária; e Sistema Financeiro Nacional; no terceiro dia, plenária final.

Comando – Nesta sexta-feira, dia 22, o Comando volta a se reunir. Na pauta, Campanha 2011.

CAIXA FEDERAL

Eleição de delegado sindical termina dia 22

Começa nesta terça-feira, dia 19, e se estende até sexta-feira (22), a eleição dos

delegados sindicais em todas as unidades da Caixa Federal.

O mandato de um ano terá início a partir do próximo dia 23. Participe.

ECONOMUS

Sindicato exige esclarecimento de reajuste

Em ofício ao Economus, o Sindicato exige esclarecimento sobre o reajuste de 25,57% nos planos de saúde “O reajuste anunciado no último dia 12, sem dis-

cussão prévia com os sindicatos e usuários, supera em muito a inflação do período, bem como os índices estipulados pela ANS para o reajuste dos planos de

saúde, que é de 7,69%. Queremos ver as planilhas relativas à variação dos custos referidos no Regulamento”, destaca o presidente do Sindicato, Jeferson.

INSS

Fim da alta programada vai ao plenário do Senado

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 89/2010, que obriga a realização de nova perícia médica antes da suspensão do auxílio-doença, está aguardando inclusão na Ordem do Dia do Senado para ir ao plenário. A princípio, o projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) seguiria

direto para a Câmara dos Deputados, após aprovação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, já que tramitava em caráter terminativo. Mas recurso assinado por nove senadores pediu que o PLS fosse submetido à apreciação do plenário da Casa.

O PLS 89/10 significa na prá-

tica o fim da “alta programada”. Hoje, quando concede o auxílio-doença ao trabalhador, o INSS fixa antecipadamente o prazo para o término da licença médica e a suspensão do benefício, levando em conta o tempo considerado suficiente para sua recuperação.

Fonte: Contraf-CUT

Tire suas dúvidas

Pré aposentadoria: estabilidade

Pergunta: Sou bancária, trabalho a mais de 20 anos na mesma instituição bancária. Ouvi falar sobre uma cláusula de estabilidade para pessoas que estão para se aposentar, como isso funciona?

Resposta: A Convenção Coletiva do Trabalho em sua cláusula vigésima quinta, alínea “e”, “f” e “g” garante estabilidade para os bancários nas seguintes situações:

- Por 12 meses imediatamente anteriores a complementação do tempo para aposentadoria proporcional ou integral pela Previdência Social, os que tiverem o mínimo de 5 anos de vinculação empregatícia ininterrupta com o mesmo empregador.
- Por 24 meses imediatamente anteriores a complementação do tempo para aposentadoria proporcional ou integral pela Previdência Social, os que tiverem o mínimo de 28 anos de vinculação empregatícia ininterrupta com o mesmo empregador.
- Para a mulher, será mantido o direito à estabilidade pelo prazo de 24 meses imediatamente anteriores à complementação do tempo para aposentadoria proporcional ou integral pela Previdência Social, desde que tenham o mínimo de 23 anos de vinculação empregatícia ininterrupta com o mesmo empregador.

A contagem do prazo de tempo de contribuição para o INSS pode ser simulada através do site do Ministério da Previdência Social: www.mpas.gov.br, sendo que, é importante confirmar as informações quanto as contribuições efetuadas no próprio INSS.

Persistindo dúvidas quanto ao assunto, o jurídico do sindicato está a disposição para esclarecimento.

Crivelli Advogados Associados

Perguntas ou sugestões de temas devem ser enviadas para jorbanc@bancarioscampinas.org.br


BANCO DO BRASIL


Jornada de 6h para todos 11 de agosto: Dia Nacional de Luta*

* Aprovado no 22º Congresso Nacional dos Funcionários do BB

FARMÁCIA DO SINDICATO



**Serviço de Entrega
em Campinas**

Taxa: R\$ 3,00. Ligue **3731-2688**

PROMOÇÃO:

**Linha Dermo Cosméticos
La Roche Posay**

Filtros solares Anthelios e Minesol

**Tudo em duas vezes, sem juros: cheque 30/60 dias
Pagamento à vista com cartões Visa e Mastercard**

Confira nossos preços. Desconto de até 35%

Remédio	Farmácia do Sindicato	Preço médio/mercado
Redermic + 40ml	R\$ 112,61	R\$ 160,87
Active C xl 30ml	R\$ 113,70	R\$ 162,43
Redermic eyes	R\$ 99,51	R\$ 142,15
Active C olhos	R\$ 80,74	R\$ 115,34
Active C xl fluído	R\$ 83,78	R\$ 119,69
Saliker shampoo	R\$ 38,50	R\$ 55,00
Anthelios AC 40 Fluído	R\$ 50,40	R\$ 72,00
Anthelios 50 c/ base	R\$ 60,00	R\$ 85,72
Anthelios AE 50	R\$ 63,00	R\$ 90,00
Anthelios W40	R\$ 59,40	R\$ 84,86
Minesol QC30	R\$ 51,00	R\$ 72,86

PARQUE

A Magia dos Dinossauros no Hopi Hari

Neste mês de julho, o Hopi Hari apresenta "A Magia dos Dinossauros".

O passaporte duplo custa R\$ 104,00 (R\$ 52,00 por pessoa) para

o bancário sindicalizado; passaporte individual, R\$ 59,00. Venda na tesouraria do Sindicato. Promoção válida até o **dia 27** deste mês.

CURSO

CEA Anbima

O Sindicato pretende realizar curso preparatório CEA Anbima (Certificação de Especialista em Investimento). Pré-requisito: CPA 10 ou CP20 e uso obrigatório de HP 12C. Valores: para 10 alunos, custo unitário de R\$

1.500,00; 15 alunos, R\$ 1.250,00. Caso seja de seu interesse que o Sindicato organize o curso, entre em contato até o dia 22 (sexta-feira) com o diretor Eduardo (eduardo@bancarioscampinas.org.br). Fone: (19) 3731-2688.

HP 12C

Prorrogado prazo de inscrição

O Sindicato prorrogou o prazo de inscrição para o Curso de Matemática Financeira, com calculadora HP 12C. Agora, as inscrições podem ser feitas até o **dia 28** deste mês; antes o prazo era até o dia 24 de junho. Em função dessa mudança, o curso será realizado em agosto, entre os dias 6 e 27, na sede do sindicato. Com duração de 16 horas aula, o curso será ministrado pelo professor Maurício Carrias, sempre aos sábados, no período das 8h30

às 12h30. O bancário deve ter calculadora HP 12C e ensino médio completo. **Custo:** bancário sindicalizado, R\$ 200,00 (duas parcelas); não sindicalizado, R\$ 400,00 (duas parcelas). As **inscrições** devem ser feitas no setor de Atendimento do sindicato.

Informações: setor de atendimento (atendimento@bancarioscampinas.org.br); diretor Eduardo (eduardo@bancarioscampinas.org.br); ou, ligue 3731-2688.